se julgar necessário, solicitar o registro em ata de seu voto, proferido no âmbito da decisão de sua instituição.

Art. 28. Terão direito a voto no CEEC/ES apenas os seus membros titulares ou, em caso de ausência ou impedimento, os seus suplentes.

§1º O membro presente à reunião que precise se retirar antes de encerrada poderá, excepcionalmente, deixar voto escrito com a Coordenação.

§ 2º Em caso de empate, a decisão será da Coordenação do CEEC/ES.

Art. 29. Das reuniões serão lavradas atas que informarão o local e a data de realização, os nomes dos presentes, demais participantes e convidados, o resumo dos assuntos apresentados, os debates ocorridos e as deliberações tomadas.

§1º A ata será encaminhada, por correio eletrônico, a todos os membros do CEEC/ES para manifestação de aprovação ou proposição de alterações, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§2º Não havendo oposição, a ata será considerada aprovada.

§3º Havendo oposição, a Secretaria Executiva fará as alterações cabíveis, no caso de acolhimento, ou consignará a impugnação, no caso de rejeição.

§4º Em caso de alteração, a versão final da ata será encaminhada aos membros do CEEC/ES por meio eletrônico.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. As proposições de alteração do presente regimento seguirão o fluxo previsto no Capítulo III - Das Deliberações.

Art. 31. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pela Coordenação ou, se assim decidir a Coordenação, pela Secretaria Executiva.

Art. 32. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 24 de junho de 2025.

Protocolo 1581414

PORTARIA Nº 181-R, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

Estabelece normas e procedimentos para a Chamada Escolar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA, da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, no segundo semestre letivo de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/1975, e considerando:

- a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (DOU de 23/12/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, especialmente no que

se refere à garantia da oferta da educação básica;

- a **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), publicada no DOU de 08 de agosto de 2006, que, em seu art. 9º, §7º, estabelece prioridade para a mulher em situação de violência doméstica e familiar de matrícula ou transferência de seus dependentes para instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio;

- a **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (DOU de 15/08/2018) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

- a **Resolução CNE/CEB nº 03**, de 15 de junho de 2010 (DOU de 16/06/2010), que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso nos cursos da EJA; idade mínima e certificação nos exames da EJA; e EJA desenvolvida por meio da Educação a Distância;

- a **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 08 de abril de 2025 (DOU de 09/04/2025), que institui Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA;

- a **Resolução CEE/ES nº 2.735**, de 16 de maio de 2011 (DIO/ES de 20/05/2011), que dispõe sobre os parâmetros para a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das escolas do sistema estadual de ensino do Espírito Santo;

- a **Resolução CEE/ES nº 3.777**, de 20 de outubro de 2014 (DIO/ES de 28/10/2014), que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, bem como suas alterações;

- a **Resolução CEE-ES nº 7.948**, de 18 de junho de 2024 (DIO/ES de 19/06/2024), que aprova as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos - DCEJA - da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo e dá outras providências;

- a **Portaria SEDU nº 239-R**, de 06 de outubro de 2022 (DIO/ES de 07/10/2022), que estabelece normas e procedimentos para o processo de planejamento da oferta de vagas das unidades da rede escolar pública estadual do Espírito Santo;

- a **Portaria SEDU nº 275-R**, de 22 de outubro de 2024 (DIO/ES de 23/10/2024), que institui o Manual de Chamada Escolar anual da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo;

- a **Portaria SEDU nº 034-R**, de 03 de fevereiro de 2025 (DIO/ES de 04/02/2025), que disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas, procedimentos e demais condições para a Chamada Escolar na modalidade da EJA, nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo que a ofertarão no segundo semestre letivo de 2025.

Vitória (ES), terça-feira, 01 de Julho de 2025.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO PROCESSO DE CHAMADA ESCOLAR

Art. 2º O processo de Chamada Escolar EJA - segundo semestre letivo de 2025 da Rede Pública Estadual de Ensino se aplicará às seguintes etapas:

I - Ensino Fundamental - EJA;

II - Ensino Médio - EJA;

III - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - EJA.

Art. 3º O processo de Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino compreenderá as seguintes fases, abaixo discriminadas:

I - Rematrícula: de 01 de julho a 11 de julho de 2025;

II - Novas matrículas: a partir de 21 de julho de 2025.

Art. 4º A condução de todo o processo de Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino é de competência da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.

Art. 5º Os participantes do processo de Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino e suas atribuições estão definidos na Portaria nº 239-R, de 06 de outubro de 2022, estando seus nomes listados no Manual da Chamada Escolar instituído na Portaria nº 275-R, de 22 de outubro de 2024.

Art. 6º Não é permitida a realização de exames de seleção e/ou cobranças de taxas de qualquer espécie.

Art. 7º Compete ao Diretor da unidade escolar, em parceria com a Superintendência Regional de Educação - SRE, criar mecanismos para a efetivação da rematrícula e das novas matrículas.

Art. 8º Compete à Secretaria de Estado da Educação - SEDU, às SREs e aos Diretores Escolares ou responsáveis pelas unidades escolares divulgarem a Chamada aos membros do Conselho de Escola, do corpo docente, técnico/administrativo e, principalmente, aos estudantes e responsáveis, tornando públicos, por meio dos diferentes veículos de comunicação disponíveis na comunidade, suas normas, seus procedimentos e o cronograma de ações para o período letivo de 2025/2 estabelecidos nesta Portaria.

Art. 9º Fica garantida a matrícula para os cursos na modalidade EJA aos estudantes com idade mínima de 15 (quinze) anos, para o ingresso no Ensino Fundamental, e de 18 (dezoito) anos, para o ingresso no Ensino Médio, conforme o art. 272 da Resolução CEE/ES nº 3.777/2014.

Parágrafo único. Quando o estudante concluir o Ensino Fundamental na modalidade EJA com 17 (dezesete) anos, ao final exclusivamente do primeiro semestre do ano letivo, será garantido, excepcionalmente, o seu ingresso no ensino médio, também na modalidade EJA, conforme parágrafo único do art. 272 da Resolução CEE/ES nº 3.777/2014.

Art. 10. Os jovens e adultos privados de liberdade (Sistema Prisional), assim como os estudantes

em cumprimento de medidas socioeducativas nas unidades que ofertam EJA, terão assegurada a rematrícula ou a nova matrícula, por intermédio da Escola Referência ou da Escola Exclusiva.

Art. 11. Somente a unidade escolar que dispõe de Portaria de Criação de cursos na modalidade EJA poderá efetivar novas matrículas.

Art. 12. O planejamento de vagas para o segundo semestre letivo de 2025 da EJA deverá observar o disposto na Portaria nº 239-R, de 06 de outubro de 2022.

Art. 13. A organização das turmas para o segundo semestre letivo de 2025 da EJA deverá observar o disposto na Resolução CEE/ES nº 3.777/2014.

§1º Na enturmação no Sistema Estadual de Gestão Escolar - SEGES, seja dos estudantes rematriculados ou dos provenientes de matrículas novas, a abertura de uma nova turma estará condicionada ao preenchimento do número máximo de estudantes nas turmas já existentes, conforme previsto na Resolução CEE/ES nº 3.777/2014.

§2º A unidade escolar deverá cumprir os critérios pré-estabelecidos no SEGES, enturmado os estudantes até o limite de sua capacidade física, conforme o disposto na alínea "a", inciso II, do art. 69 da Resolução CEE/ES nº 3.777/2014.

§3º Em atendimento ao Decreto Estadual nº 1.512/1981, as turmas não possuirão número de estudantes inferior a 10 (dez), salvo em casos justificados pela SRE jurisdicionada e validados pela SEDU Central.

CAPÍTULO II DA REMATRÍCULA

Art. 14. O processo de rematrícula observará as normas estabelecidas no Manual da Chamada Escolar, disponível no site oficial da Secretaria de Estado da Educação: www.sedu.es.gov.br/chamadaescolar.

CAPÍTULO III DAS NOVAS MATRÍCULAS

Art. 15. A matrícula é o ato formal de ingresso em curso, etapa ou modalidade de ensino e de vinculação do estudante à unidade escolar, realizada e registrada em ficha própria, individual, por meio convencional ou eletrônico, observada a legislação pertinente.

Art. 16. Excepcionalmente para a EJA no segundo semestre de 2025, a matrícula **de novos** estudantes deverá ser solicitada exclusivamente na secretaria da unidade escolar pleiteada, conforme o período estabelecido no art. 3º desta Portaria, estejam eles matriculados ou não na Rede Pública Estadual de Ensino atualmente.

Art. 17. Para a solicitação da matrícula, é **obrigatória** a entrega dos seguintes documentos na secretaria da unidade escolar:

I - fotocópia da certidão de nascimento, ou de casamento, ou da Carteira de Identidade do estudante, acompanhada do documento original;

II - fotocópia do comprovante de residência do estudante, por meio da fatura de energia elétrica, acompanhada do documento original;

III - fotocópia do laudo médico, para estudante público-alvo da Educação Especial;

IV - histórico Escolar original ou declaração escolar, que, após o prazo de validade de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão, deverá ser substituída pelo histórico escolar original, em caráter definitivo;

V - fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF de todos os estudantes, sendo que, nas situações em que o estudante for menor de idade, também será necessária a fotocópia do CPF do responsável, conforme art. 2º da Portaria nº 104-R, de 15 de setembro de 2020;

VI - fotocópia, acompanhada do original, da caderneta de vacinação ou de declaração da unidade de saúde pública atestando a atualização do cartão de vacinação, para os estudantes com idade inferior a 18 (dezoito) anos de idade, nos termos da Lei Estadual nº 10.913, de 01 de novembro de 2018.

§1º O cartão de vacinação deverá estar atualizado, contendo os registros de todas as vacinas consideradas obrigatórias, em consonância com as disposições do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

§2º A ausência de registro de quaisquer das vacinas obrigatórias no cartão de vacinação somente será aceita mediante apresentação, pelo matriculando, de laudo médico que ateste a contraindicação explícita de sua aplicação.

§3º Na falta de apresentação de um dos documentos elencados nos incisos I a VI deste artigo, caberá à unidade escolar proceder conforme o descrito no Manual da Chamada Escolar, disponível no site oficial da Secretaria de Estado da Educação: www.sedu.es.gov.br/chamadaescolar.

§4º Na ausência do documento elencado no inciso VI, a matrícula poderá ser realizada sem a entrega da cópia da carteira de vacinação; porém, a situação deverá ser regularizada pelo responsável no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observado o disposto nos §§ 1º e 2º, sob pena de comunicação imediata ao Conselho Tutelar para a adoção das ações cabíveis, quando se tratar de estudantes menores de idade.

§5º Na Rede Pública Estadual de Ensino, o comprovante de residência obrigatório é a fatura de energia, que será utilizada para identificação das coordenadas geográficas do local de residência, por meio do número da instalação/código do cliente.

§6º Aos beneficiários do Programa Bolsa Família, deverá ser informado o Número de Identificação Social - NIS do estudante beneficiado.

§7º No ato da efetivação da matrícula, outras informações sobre o estudante poderão ser prestadas pelo responsável ou pelo próprio estudante, quando maior de idade.

§8º Efetivada a matrícula, os documentos apresentados passam a integrar o prontuário escolar

do estudante.

Art. 18. No ato da efetivação da matrícula, o responsável ou o próprio estudante, quando maior de idade, declarará:

I - seu pertencimento étnico-racial;

II - a opção pela frequência ou não à disciplina de Ensino Religioso, para os pertencentes ao Ensino Fundamental.

Art. 19. Na Rede Pública Estadual de Ensino, no ato da efetivação da matrícula, o estudante e o seu responsável terão acesso às normas da escola e ao Regimento Escolar próprio da unidade escolar aprovado pela SRE de sua jurisdição.

Art. 20. As unidades escolares deverão, conforme período estabelecido nesta Portaria, organizar a efetivação da matrícula de acordo com o horário de funcionamento da secretaria escolar.

Art. 21. Os procedimentos das secretarias das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino para efetivação da matrícula observarão as normas estabelecidas no Manual da Chamada Escolar, disponível no site oficial da Secretaria de Estado da Educação: www.sedu.es.gov.br/chamadaescolar.

CAPÍTULO IV DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Art. 22. O tratamento de dados pessoais no âmbito da Chamada Escolar será realizado em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais - LGPD, e no Decreto Estadual nº 4.922-R/2021, que instituiu a Política Estadual de Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade - PEPDP e disposta no Manual da Chamada Escolar, disponível no site oficial da Secretaria de Estado da Educação: www.sedu.es.gov.br/chamadaescolar.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 23. No caso de inexistência de vagas disponíveis na unidade escolar na qual o estudante deseja efetivar a matrícula, o Diretor Escolar, com o apoio da secretaria da unidade escolar, deverá realizar consulta imediata, via telefone ou por outro meio de comunicação ágil, à SRE à qual está jurisdicionado, com o objetivo de atender aos pais, responsáveis ou ao próprio estudante, quando maior de idade, para fins de localização em outra unidade escolar em que haja vaga.

Art. 24. O responsável, ou o próprio estudante, quando maior de idade, que efetivou matrícula no processo de Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino para o ano letivo 2025/2 e que possui vaga localizada em uma unidade escolar dessa rede, mas deseja uma vaga remanescente em outra unidade escolar, deverá entrar em contato com a unidade escolar na qual deseja efetivar a matrícula para verificar a existência da vaga.

Parágrafo único. Mediante a confirmação da existência da vaga pela unidade escolar, o responsável, ou o próprio estudante, quando maior

de idade, deverá:

I - solicitar a transferência na unidade escolar onde está matriculado, a fim de evitar a duplicidade de matrícula e disponibilizar a vaga para outro estudante que tenha interesse;

II - efetivar a matrícula na unidade escolar em que confirmou a existência da vaga, apresentando a documentação obrigatória, conforme o Manual da Chamada Escolar, disponível no site oficial da Secretaria de Estado da Educação: www.sedu.es.gov.br/chamadaescolar.

Art. 25. Em nenhuma hipótese será permitida a solicitação de matrícula fora do prazo estabelecido por esta Portaria.

Art. 26. O responsável ou o próprio estudante, quando maior de idade, que participar do processo de Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino para o ano letivo 2025/2 deverá estar ciente de todas as informações contidas nesta Portaria, bem como no Manual da Chamada Escolar, disponível no site oficial da Secretaria de Estado da Educação: www.sedu.es.gov.br/chamadaescolar.

Art. 27. Compete aos participantes do processo de Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino primar pelo cumprimento das normas previstas nesta Portaria, sendo que sua inobservância implicará as responsabilidades dos servidores previstas na Lei Complementar nº 46/1994, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal a que estiverem sujeitos.

Art. 28. Na Rede Pública Estadual de Ensino, somente estudantes efetivamente matriculados/enturmados no SEGES poderão frequentar as aulas.

Art. 29. As normas, os procedimentos ou qualquer caso omissos não previsto nesta Portaria serão definidos e divulgados posteriormente, em tempo hábil.

Art. 30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitória, 30 de junho de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 1581418

PORTARIA Nº 916-S, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/1975, e tendo em vista os termos do processo nº 2023-X3T8M,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 05/02/2025, **ROGERIO DA SILVA SANTOS**, nº funcional 3711684, vínculo 4, MaPB - VI.4, da função de Coordenador Escolar, FM. CE.5, do **COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**, no município de Vitória.

Art. 2º DESIGNAR, para a função de Coordenador Escolar, **ROGERIO DA SILVA SANTOS**, nº funcional 3711684, vínculo 4, MaPB - VI.4, no **COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**, no município de Vitória, FM. CE. 5, com jornada de 35 horas semanais, nível de atuação 365, de acordo com o art. 14 da Portaria nº 034-R, de 03 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial em 04/02/2025, e o art. 6º da Lei Complementar nº 928/2019, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 1010/2022, a partir de 05/02/2025.

Vitória, 30 de junho de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 1581426

PORTARIA Nº 917-S, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/1975 e pela Lei Complementar nº 46/1994 e suas alterações, e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº **2020-CK783**,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o **Arquivamento** do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe, instaurado por meio da Portaria nº 686-S, de 23/10/2020, em desfavor do ex-servidor público estadual, número funcional 3784860, com fundamento na ausência de prova de autoria e materialidade de infração disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Vitória-ES, 30 de junho de 2025.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 1581429

PORTARIA Nº 918-S, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

Designa servidores para constituírem o Comitê Interno de Governança de Dados da Secretaria de Estado da Educação.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975, e considerando os Decretos Estaduais nº 2.884-R, de 21 de outubro de 2011; nº 3.152-R, de 26 de novembro de 2012; nº 4.505-R, de 20 de setembro de 2019; nº 4.922-R, de 09 de julho de 2021; nº 5.139-R, de 13 de maio de 2022; e nº 5.778-R, de 24 de julho de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem o Comitê Interno de Governança de Dados na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU/ES, em conformidade com a Portaria nº 302-R, de 21 de novembro de 2024: